

ACTA Nº 2
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2005

Aos dezasseis dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e cinco, na Vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas 20:45 h, em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente.

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

PONTO DOIS: Período para intervenção do público:

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 26 da sessão de 23 de Setembro de 2005

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Delegação de Competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Fixação do limite de obras por administração directa

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Documentos Previsionais:

a) Orçamento para o ano de 2006;

b) Grandes Opções do Plano para o ano de 2006.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Tabela de Taxas , Licenças, e Tarifas para o ano de 2006

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Contratação de empréstimo a curto prazo para recorrer a dificuldades de tesouraria em 2006

PONTO TRÊS PONTO SETE: Regulamento do Cartão Jovem Município

PONTO TRÊS PONTO OITO: Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Alto dos Bacelos - Alteração

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Ratificação de participação do Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Moinhos no Congresso das ANMP

PONTO TRÊS PONTO DEZ: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Assembleia Distrital

PONTO TRÊS PONTO ONZE: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação.

PONTO TRÊS PONTO DOZE Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal

PONTO TRÊS PONTO TREZE Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar ao Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios

PONTO TRÊS PONTO CATORZE: Fixação do número de Presidentes de Juntas para integrar o Conselho Municipal de Segurança e respectiva eleição.

PONTO TRÊS PONTO QUINZE: Apreciação das actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Presidente da Assembleia Municipal: Boa noite. Está aberta a sessão. Vamos proceder à chamada.

Verificou-se a presença dos seguintes membros: António José Moura Proença, Joaquim Maria Godinho Veiga, João Manuel Rato Proença (que tomou posse após o juramento), Carlos Manuel de Almeida Cabral, Mário Joaquim Trindade de Deus, Maria João Lopes Cavaco, Joaquim Manuel Cardoso, Jerónimo João Pereira Cavaco, Rui Manuel Ganito Bacalhau, Augusto Manuel Bilro Guégués, Sérgio João Pécurto Gazimba, Norberto João Figueiras Alpalhão, Vítor José Guégués, Diogo Manuel Canhão Sapatinha, António Joaquim Moura Lopes, Joaquim Manuel Grego Esteves, António José Lopes Anselmo e José António Carapeto Dias. Verificou-se a ausência do membro António José Barroso Paixão que justificou a sua falta, que ficará arquivada em pasta anexa como anexo 1.

Terminada a chamada a Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da sessão.

PONTO UM: Período de Antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Leitura de Expediente.

O senhor segundo secretário da Mesa referiu que para além da correspondência que havia sido distribuída aos membros da Assembleia, nada de mais relevante havia a referir. No entanto, estavam sobre a mesa as pastas da correspondência recebida e expedida pela Assembleia para quem as quisesse consultar.

Não havendo consultas a fazer o Sr. Presidente da Mesa comunicou uma vez mais aos senhores deputados que, o Gabinete de Apoio desta Assembleia estava à disposição de qualquer deputado, sem excepção, para qualquer esclarecimento, ou consulta de documentos que necessitem. O Senhor Presidente da Assembleia deu continuidade aos trabalhos, informando que tinha umas declarações de Homenagem Póstuma, as quais eram da inteira responsabilidade da Bancada do Partido Socialista. Passou à leitura das mesmas e, pediu que fosse feito um minuto de silêncio em honra dos falecidos. Após, comunicou que as declarações de homenagem póstuma irão ficar arquivadas em pasta anexa, (como anexo 4, 5 e 6). O Senhor Presidente informou ainda, que tinha duas moções, também estas elaboradas pela Bancada do Partido Socialista, as quais pediu que fossem lidas. Após a leitura e votação das mesmas, o Senhor Presidente da Assembleia referiu que estas duas moções ficarão arquivadas em pasta anexa (como anexo 7 e 8).

PONTO UM PONTO DOIS: Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia:

O senhor Presidente da Assembleia perguntou ao plenário se alguém estava interessado para falar sobre este ponto. Perante o silêncio dos membros presentes o Sr. Presidente deu por encerrado este ponto.

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 26 da sessão de 23 de Setembro de 2005

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou aos Senhores Deputados se alguém queria intervir neste assunto. Não havendo inscrições, passou-se á votação. A Acta foi aprovada por maioria, com 11 votos a favor, 4 votos contra e 3 abstenções.

Seguidamente, o deputado Rui Bacalhau pediu a palavra para ler e entregar uma declaração de voto, a qual ficará arquivada em pasta anexa (como anexo 9).

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Delegação de Competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que fosse feita uma breve explicação do assunto.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por desejar aos senhores deputados que os trabalhos pudessem sempre correr da melhor forma. Em relação ao assunto em discussão informou que era o seguimento da prática que era conhecida. Informou que não havia alterações, em relação ao que vinha sendo praticado. As descentralizações eram as mesmas.

O Membro António Anselmo: Começou por cumprimentar os presentes. De seguida referiu que concordava com o Senhor Presidente de Câmara quando referiu que vinha sendo igual, e que lamentavelmente era assim. Referiu que na sua opinião o importante não era o exposto no documento, mas sim, a elaboração de um projecto, onde não tivesse sabor a pouco. Tudo isto na sua opinião era muito pouco. Referiu ainda que os Presidentes de Junta sabiam das verdadeiras necessidades dos munícipes. Pediu também ao executivo camarário que estivesse mais ao lado das Juntas mais pequenas.

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer o que tinha sido dito anteriormente pelo Sr. António Anselmo. Então, esclareceu que se não houvesse entendimento da Câmara, nem sequer tinha pedido à Assembleia Municipal a referida Delegação de Competências. Adiantou também, que o que estava transcrito no documento foi tudo feito com base na lei. Referiu também que concordou uma vez mais com o Sr. António Anselmo, quando este disse que alguns projectos sabiam a pouco. No entanto, frisou que na sua opinião, as Juntas podiam e deviam desempenhar um papel importante, visto serem as que estão mais próximas das populações. No entanto, era preciso serem dotadas de meios que permitissem a realização concreta das actividades. Fazerem-se protocolos só por se fazerem, não valeria a pena. Adiantou ainda, que no primeiro mandato, as coisas não tinham corrido da melhor forma, mas era o primeiro a reconhecer. Disse também, que nas existências de protocolos as coisas serão para serem cumpridas por ambas as partes. Se houvesse necessidade de alterar ou melhorar, ele estaria nessa disposição.

O Membro Joaquim Esteves: referiu que gostaria de reforçar aquilo que havia sido dito pelo Presidente da Junta de S. Bartolomeu e, deixou também a referência para o facto de ter havido muito pouco diálogo entre a Junta e a Câmara, mas, que futuramente tinha esperança que melhorasse.

O Senhor Presidente da Assembleia: após discussão do documento, colocou-o à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Fixação do limite de obras por administração directa

O Senhor Presidente da Assembleia: achou que deveria ser o Sr. Presidente da Câmara a fazer uma intervenção sobre o assunto.

O Senhor Presidente da Câmara: referiu que infelizmente, era um tema que estava a cair em desuso, porque segundo informações que tinha, a intenção dos órgãos da administração central era aprovar cada vez menos obras por administração directa. Referiu que seria uma medida complicada para as Câmaras Municipais, especialmente para aquelas que suportavam muitos trabalhadores, mas que ficaria por ali.

O Membro Vítor Guégués: começou por cumprimentar os presentes. De seguida, informou os presentes que iria fazer o seu melhor e, que agradecia àqueles que o elegeram. Referiu depois que tinha algumas dúvidas sobre a fixação do limite de obras por administração directa, tais como, o Sr. Presidente da Câmara ter apresentado esta documentação numa reunião de Câmara anterior e, que segundo as informações que o mesmo tinha, iriam ser revistas futuramente pelo Governo. Perguntou se fazia algum sentido a aprovação do limite máximo, visto que aquela situação poderia ser revista no futuro. Referiu também que se se aprovasse aquele documento, não se estaria uma vez mais a desperdiçar fundos e recursos. Se não se estaria a atrasar um problema.

O Presidente da Câmara Municipal: Referiu que há pouco tinha dito que havia indícios, o que não eram certezas. Adiantou também, que não queria de forma alguma que houvesse qualquer desperdício de fundos. Não era intenção do executivo camarário.

O Membro Rui Bacalhau: Quis deixar claro que não se devia falar em suposições, mas sim em termos de eficiências e produtividade. Referiu que em termos de eficiência e produtividade, nada tinha a ver com o limite de obras que se discutia. Entendeu que aquele procedimento era uma forma prática de gerir rapidamente. Referiu ainda, que neste ponto não havia nada a fazer, quer a Câmara tivesse 150 mil ou 750 mil era indiferente. Devia-se sim, estudar meios e mecanismos para que se tentasse aumentar a eficiência; não tinha a ver com os trabalhadores, os trabalhadores eram só um meio para melhorar. Adiantou ainda, que o que estava em causa não era a produtividade nem o desperdício. No seu entendimento o que estava em causa era a possibilidade e rapidez para que a Câmara pudesse decidir sobre os valores que ali se encontravam.

O Membro Vítor Guégués: pediu que lhe fossem prestados dois esclarecimentos. Na sua opinião ficaram duas situações um tanto ou quanto implícitas. Afirmou que não tinha sido ele a falar de ineficiências, mas

sim o Senhor Presidente da Câmara. Com certeza o teria feito para justificar a aprovação do limite que estava em questão. Referiu também que não tinha sido ele a falar dos trabalhadores. Não tinha dúvidas que haviam ineficiências, mas, não disse que seriam pela parte dos trabalhadores, apenas referiu que elas existiam. Adiantou também que o mecanismo que era utilizado na questão de constituição de empresas municipais, efectivamente era um mecanismo previsto na lei, mas que as ineficiências também seriam muito maiores. Disse também que do ponto de vista do PSD gostariam de mecanismos que não estavam previstos na lei, para que se pudessem controlar as ineficiências dentro daquelas empresas municipais.

O Senhor Presidente da Câmara: Pediu a palavra para explicar que caso viesse a haver criação de empresas municipais, não era de forma alguma para se mudarem os trabalhadores e, continuarem a fazer o mesmo. Explicou que a ideia era tornar empresas municipais rentáveis, e que até poderiam prestar trabalhos para o exterior, como eram exemplos algumas Câmaras do País.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal: após ter ouvido todas as intervenções, colocou o documento à votação, o qual foi aprovado por maioria, com 12 votos a favor, 4 votos contra e duas abstenções.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Documentos Previsionais:

- a) Orçamento para o ano de 2006;
- b) Grandes Opções do Plano para o ano de 2006.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal: Referiu que como era hábito, os dois documentos seriam discutidos e votados separadamente. Como tal, e para que fossem dados alguns esclarecimentos, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara: começou por lembrar que dada a popular votação que o Partido Socialista tinha obtido nas últimas eleições, O Orçamento e as Opções do Plano não deixavam de ser a continuidade do mandato anterior. Em primeiro lugar informou os membros da Assembleia que tinha havido um lapso técnico, do qual 4 páginas não haviam sido fotocopiadas, mas que já tinha tido o cuidado de as mandar distribuir por todos. Seguidamente, fez uma apresentação política do documento, referindo que, o maior volume de trabalho era a área de habitação e serviços colectivos, e eram de destacar. Todo o importante trabalho dos planos de ordenamento, dos vários planos de ordenamento, do PDM, do Plano de Pormenor do Alto dos Babelos, do Plano de Intervenção e espaço Rural, o início dos planos de urbanização de S. Tiago e Orada. A nível dos loteamentos, o trabalho que foi executado, nomeadamente o loteamento de Orada. Nas obras iniciadas no mercado municipal, o projecto do mercado, no investimento ao nível dos resíduos sólidos, projecto das piscinas, do parque temático do mármore, obras das condutas em Nora e Orada. Depois, os serviços de área cultural e religiosos, os vários projectos que estavam em fase de adjudicação, enfim, referiu que o balanço provisório era um balanço positivo e, que de certa forma marcavam o plano de actividades e orçamento para o ano de 2006. Na sua opinião foram constituídas metas importantes para o desenvolvimento do concelho. Adiantou ainda, que tinha consciência de algumas dificuldades na concretização das grandes opções e do orçamento em causa, mas disse que as coisas difíceis são uma prova para as pessoas capazes. O Sr. Presidente disse ainda que os próximos quatros anos marcariam a mudança do concelho, quer a nível de estruturação interna, quer a nível de obras. Referiu ainda que era possível e aceitava que houvesse outras posturas, outras formas de pensar, outros orçamentos, outros planos de actividades, mas era uma questão eminentemente política. Informou que brevemente se iriam abrir concursos para o parque de feiras, o qual permitia um salto bem grande no desenvolvimento do concelho. Em relação aos transportes e comunicações referiu que se iriam traduzir em melhorias de acessibilidades. Não esqueceu também as águas, as etares, do abastecimento público de águas, residuais, pluviais e domésticas. Disse que era seu entendimento que todos os concelhos do interior têm capacidades e possibilidades de se desenvolverem. Quanto ao orçamento aceitava a opinião de que estava inflacionado, mas só havia três opções a serem tomadas: ou fazia um orçamento real, e possivelmente pouco se faria, ou optava por um orçamento inflacionado e, à boa maneira de técnicos de contas a "martelada" seria dada em verbas precisas e à vista de todos ou, podia-se subtilmente serem dividas por outras rubricas. Assumiu que havia alguma inflação, mas também disse que se os projectos

não fossem lá colocados, não haveria hipótese de serem realizados, e a primeira razão era porque não constavam no plano de actividades e o Tribunal de Contas não daria o visto. Mas, o orçamento e o plano de actividades eram assumidos politicamente e defendidos até onde fosse possível.

O Membro Carlos Cabral: referiu-se em primeiro lugar às grandes opções do plano, dizendo que iria falar não propriamente do que lá constava, mas sim do que lá poderia constar e não constava. Disse que tendo em conta ser o último ano do quadro comunitário de apoio, era um ano muito complicado porque muitas das verbas estavam esgotadas ou em esgotamento e, era acrescida a situação económica ou financeira e, o que se previa que fosse um ano de grandes dificuldades. Referiu que o ano de 2006 era um ano de preparação de projectos para os novos fundos comunitários, o quadro comunitário 2006/2013. Do que sabia, muitos dos documentos europeus presentes para discussão; pela primeira vez era feita uma alteração de apresentação de estratégias europeias de desenvolvimento e formatando à partida uma percentagem grande das verbas sobre eixos que já vinham formatados desses documentos. Disse também que as autarquias iriam ter que concorrer a partir de 2007 a uma formulação completa nova e a prioridades completamente novas, sendo que as que estivessem mais preparadas seriam as que mais facilmente tirariam partido dos fundos futuros. Falou também nas medidas de energia, ou medidas alternativas de energia para o concelho, onde na sua opinião, haverá muito dinheiro para investir. Na sua opinião havia que preparar ideias, imaginação mas, era também preciso preparar quadros (ano 2006). Os investimentos na sua opinião irão ser de natureza qualitativa. Referiu também que o quadro das opções do plano que estava em discussão, ainda era suportável, porque o próximo ano não suportaria mais. Foi sua opinião que nenhum grande projecto poderia resolver os grandes problemas do Alentejo. Por isso, lançou um desafio para que se preparassem rapidamente as coisas, pois o tempo foge.

O Membro Vítor Guégués: Começou por felicitar o membro Carlos Cabral com a sua última intervenção. Pois, era na sua opinião muito em linha com o que era defendido pelo PSD (em Borba) havia já muito tempo. Seguidamente referiu-se aos documentos que estavam presentes e, salientou que na sua opinião o Sr. Presidente da Câmara "tinha dado mais um tiro no pé" quando apresentou os documentos em questão e, quando referiu que havia técnicos de contas a fazer "aquelas maravilhas". Deixou sublinhado que havia um milhão de euros, ou perto disso, nas despesas correntes que por norma apareciam na rubrica "outros", o que na sua opinião o fazia tremer. Referiu que com a sua experiência profissional, os técnicos de contas davam as "marteladinhas" exactamente aí (na rubrica outros). ----- (ouve um corte na gravação). Seguidamente perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, se fazia sentido ter criado um orçamento com tantas almofadas? (ouve um corte na gravação). Continuou dizendo que o PSD havia tido conhecimento que quando o PS assumiu funções na Câmara Municipal de Borba, a seu pedido (PS), tinha elaborado uma auditoria às contas. Tinha de alguma forma tentado aclarar qual era a situação financeira da empresa para depois ter podido planear um orçamento que previsse as ineficiências do passado, o que na sua opinião fez todo o sentido.... (corte na gravação) Na sua opinião o orçamento dependia muito das opiniões políticas sufragadas no acto eleitoral e, que fazia todo o sentido que estivesse em conformidade com o programa apresentado no programa eleitoral. Embora, não fosse a linha defendida pelo PSD. Porque a linha do PSD (em Borba) era muito parecido com a que havia sido discutido há pouco pelo membro Carlos Cabral. Disse também que havia que fixar quadros no Alentejo e, que esses quadros só se podiam fixar com políticas micro-económicas de incentivo ao investimento particular e, não público. ... (corte na gravação).... Fazendo-se protocolos com as universidades, aproveitar as energias decorrentes do plano tecnológico e redefinir as rubricas em termos de orçamento, porque presumia que embora a cultura e o desporto fossem bastante importantes para o desenvolvimento social de uma população envelhecida, como Borba, acha que existem investimentos prioritários, ao nível da educação, ao nível da concessão de bolsa de estudos aos jovens que estudam fora do concelho e, que de alguma forma podem ser inerentes à futura fixação de jovens no concelho. Podem funcionar como linhas de crédito bonificadas para eventualmente, o jovem, se não retornar ao concelho, devolver esse dinheiro à autarquia. Pode-se funcionar com mecanismos de funcionamento a pequenos e médios empresários, com taxas de juros bonificados e, que a Câmara consegue obter junto da banca, para de alguma forma desenvolver a indústria do concelho. Quando se olha para este orçamento falta alguma dotação nessas áreas.

O Membro Maria João Cavaco: Começou por cumprimentar os presentes. Após, felicitou o Membro

Carlos Cabral pela intervenção tida há pouco. Seguidamente, referiu que quando olhava para o orçamento em questão, via que com as despesas de pessoal, praticamente nada tinha mudado, a política era a mesma. Perguntou ao que se referiam os valores que apareciam como: pessoal com contrato a termo, que faziam aquelas pessoas; perguntou se os quadros que existiam na autarquia não tinham qualificações, pois no seu entender eram suficientes. O porquê de não apostar na formação desses quadros. Que significava a rubrica de pessoal em regime de tarefas ou avenças. Mas a sua grande dúvida, era pessoal em qualquer outra situação, de que situação se falava? Pois, achava que já estavam todas discriminadas. Pediu também que lhe fosse esclarecido o facto de aparecer uma verba de dois milhões de Euros, como outros, o que eram aqueles outros, dado que as quantias eram elevadíssimas. Na sua opinião havia muitas rubricas que deviam ser bem esclarecidas e até repartidas.

O Membro Rui Bacalhau: Referiu que a sua intervenção não era para questionar o executivo nas rubricas que acabavam de ser mencionadas, mas sim, de uma forma mais global apreciar a natureza e constituição do orçamento. Na sua opinião as grandes opções do plano eram o que definia a estratégia de alguma organização. O orçamento era o reflexo daquelas grandes opções do plano. Independentemente de sempre se ter feito mal, era altura de se corrigir. As grandes opções do plano eram o espelho do programa político e, isso foi sufragado pelo povo com grande resultado. Preferia não alongar muito as grandes opções do plano, mas sim, a estratégia futura. Referiu que havia que pensar mais no futuro de Borba, do Alentejo, em inovação. Haver um dinamismo na captação de jovens, na captação de empresas, na captação de novos investimentos, havia que ser criativo. Em termos de orçamento, a sua opinião é que eram coisas diferentes. Uma coisa era o orçamento público onde não havia responsabilidades, outra era o orçamento privado, onde quem errasse era convidado a sair. Propôs que para o corrente ano se fizesse um orçamento de base zero, porque era seu entendimento que a realidade seria bem mais transparente. Não concordou com as opções dadas pelo Sr. Presidente da Câmara, pois a sua opinião era diferente. Entendia que o orçamento partindo do zero é sem dúvida mais realista, e que não tinha qualquer cabimento o orçamento que lhe era apresentado. Comparou o orçamento do ano passado com o actual e concluiu que o grau de execução não chegou aos cinquenta por cento, como tal, o actual chegaria a trinta por cento de execução, ou menos. Referiu que o actual orçamento era completamente desajustado e que não deveria ser discutido. Adiantou ainda, que já havia alguns anos que se debatia por um orçamento real.

Membro Jerónimo Cavaco: Começou por dizer que não ia fazer uma avaliação técnica, porque entendia haver pessoas bem mais capazes para o fazer, que não ele. Na sua opinião as linhas orientadoras do orçamento e das grandes opções do plano já haviam sido discutidas pelo Sr. Presidente da Câmara. Quis apenas referir no que dizia respeito à intervenção do membro Rui Bacalhau, quando este se referia "à responsabilidade inexistente do controlo orçamental das autarquias", mas achou que não seria bem essa a interpretação que o membro Rui Bacalhau lhe queria ter dado. Porque era sua opinião que a responsabilidade existia, quanto mais não fosse, era vista de 4 em 4 anos. Frisou também que as Assembleias Municipais tinham e têm responsabilidade e o dever acima de tudo de questionar as execuções orçamentais. Como tal, a responsabilidade política existia com certeza e, não seria nula, nem inexistente, como havia sido dito anteriormente. Quanto ao que havia sido referido por alguns colegas de bancada e pelo colega do PSD era sempre difícil conciliar as chamadas políticas económicas com as políticas sociais. Chamou a atenção para o que se passava a nível nacional no momento, deu o exemplo concreto daquilo que era o barulho existente em relação às opções do governo. Frisou que existia um atraso estrutural e evidente no concelho de Borba que se não fosse recuperado rapidamente com certeza que seria muito difícil concretizar algumas das coisas referidas nas opções do plano. Referiu também, que não tinha dúvidas nenhuma sobre não se conseguir criar qualquer tipo de desenvolvimento no concelho de Borba, ou qualquer outro concelho, se não fossem criadas primeiro infra-estruturas para que esse desenvolvimento económico pudesse existir. Disse também, que tínhamos necessidade de fixar e atrair investimentos e quadros técnicos no nosso concelho. Mas, também não quis esquecer aqueles que vivem diariamente no concelho de Borba, aqueles que se vêm privados de uma série de infra-estruturas. Foi dito também que os atrasos estruturais de alguns anos e de políticas erradas de alguns anos, não eram recuperáveis em dois ou três anos e, que neste momento existe uma linha orientadora, fruto de um mandato e, que tem em vista o conseguir ao máximo a conciliação, daquilo que é uma política económica. Isto para que o concelho se tornasse ao máximo atractivo e, onde se pudesse conciliar a qualidade de vida,

a qual, era a preocupação deste executivo e desta Assembleia. Na sua opinião houve um reconhecimento nas últimas eleições daquilo que o PS fez no seu primeiro mandato, há 4 anos atrás. Confessou que durante os anos que esteve como membro da Assembleia ouviu por várias vezes discursos políticos, discursos meramente filosóficos, mas que raramente assistiu a alternativas reais daquilo que era apresentado. Adiantou ainda, que criticar por criticar não era a opção mais correcta e, para ser oposição não bastava parecer havia mesmo que o ser; apresentando alternativas reais, concretas aquilo que eram as grandes opções do plano. Disse também que estava consciente que qualquer sugestão vinda da oposição seria recebida de braços abertos, seria muito bem vinda.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Pediu aos membros que fossem mais resumidos nas suas intervenções, pois a discussão já estava a ser muito longa, não queria cortar a palavra a ninguém, mas pedia alguma brevidade.

O Membro Vítor Guégués: Começou por referir que o membro Jerónimo se tinha antecipado à sua intervenção, pois tinha alertado o membro Rui Bacalhau para uma "gafe" política. Mas, referiu que o que estava em questão era a elaboração de um documento que continha algumas gravidades. E como tal, deviam ser questionadas de um ponto de vista construtivo como ele próprio o estava a fazer. O PSD na sua opinião, quer no presente, quer no passado teve sempre a sua contribuição construtiva para eventuais contribuições futuras na elaboração de orçamentos, propostas de alteração, orientações do plano, etc... O PSD estaria sempre disponível para todas essas sugestões. Quanto à responsabilidade política, foi sua opinião que ela existe. Se existisse o Sr. Presidente da Câmara deveria assumir a responsabilidade política, pelo facto de ter levado um orçamento que continha em sua opinião correcções graves. Referiu que se existisse um orçamento de base zero, com certeza que essas incorrecções não estavam lá e, frisou que isto também era a opinião do Dr. Rui Bacalhau.

O Membro Carlos Cabral: Disse que ninguém estava ali pelo facto de estar, como tal, todos deveriam saber que um orçamento de uma autarquia (hoje) é somente um orçamento de gestão de expectativas e, não um orçamento de gestão da realidade. Com certeza que a Autarquia teria um orçamento real lateral ao que se discutia e, isso não era novidade. Mas, que as autarquias vivam há já alguns anos no contexto de expectativa de fazerem aprovar uns projectos e, entrarem as receitas pelos fundos comunitários por aí. Com certeza que isto se deu com as Autarquias CDU, deu-se com as autarquias PSD e dá-se com as do PS, porque todas geram as expectativas da aprovação. Adiantou ainda que o desenvolvimento não é um conceito científico é um conceito ideológico e, que o desenvolvimento do território era sempre com aqueles que lá vivem.

O Membro Rui Bacalhau: Pediu a palavra para dizer que compreendia a intervenção anterior, mas que o facto de a compreender nada o obrigava a aceitá-la. E que, o PS tinha a vantagem de ter liberdade de opinião e, assim sendo, defendeu que passasse a ter uns orçamentos mais reais. Referiu que até compreendia que as autarquias apresentassem orçamentos da forma como estava. O que se discutia era para que se tentasse captar alguns fundos estruturais ou alguns fundos comunitários.... (corte na gravação)... Disse que o Senhor Presidente da Câmara tinha-se descartado da responsabilidade, porque essa era dos técnicos. Não, a política era com o Sr. Presidente. Adiantou ainda, que o que tinha dito na intervenção de há pouco, era que nas empresas privadas um orçamento falhado era igual a um despedimento de um administrador. Quanto aos membros da Assembleia Municipal, perguntou qual era a responsabilidade sobre o orçamento; perguntou também se estavam a fazer papel de marretas, porque ele escusava-se a ser. Disse ainda que se encontrava ali para fazer sugestões, como tal, a sua era um orçamento de base zero, mas que também sabia que não possível de momento, mas que se tentasse. E perguntou, o porquê de não se aprovarem moções no sentido de chegarem aos mais altos cargos políticos; referindo-se uma vez mais à responsabilidade política e, não à responsabilidade técnica. Frisou também que não poderia congratular-se com o orçamento que lhe era apresentado.

O Membro Carlos Cabral: referiu que a contabilidade criativa era uma ciência que não era fácil e, que elogiava o trabalho efectuado pelos técnicos na elaboração do orçamento. E, que cada vez mais, havia tendência a comparar-se o que era incomparável; um orçamento público de uma autarquia era uma coisa;

um orçamento de uma empresa privada era outra; objectivos, lógicas de funcionamento, resultados, maximizações eram tudo coisas completamente diferentes. E que achava que o orçamento era dotado de uma criatividade positiva e de boa qualidade.

O Membro Vítor Guégués: Referiu que se a contabilidade criativa fosse boa, não colocava na rubrica "outros" aqueles valores e, sim os repartia pelas outras rubricas. Disse ainda, que a partir do momento em que o executivo apresentava aquele orçamento, inerente ao plano de actividades, logo aí, estava a ligar as duas coisas e, tinha responsabilidade política; porque tinha técnicos que de alguma forma fizeram o orçamento como se encontrava. Adiantou ainda que não fazia sentido jogar-se com expectativas, pois se era para um dia mais tarde dizer que só se realizou 40%, mais valia não o fazer.

O Membro Carlos Cabral: disse que era mais sério fazer um orçamento com algum valor na rubrica "outros" do que o tentar distribuir pelas outras rubricas. Evidentemente, que não seria difícil para os técnicos o fazerem, mas era muito menos sério.

O Membro Maria João Cavaco: pediu a palavra para reforçar que "os outros" eram muito importantes, pois "os outros" eram milhões e, que se deveria assumir e dizer que era uma almofada que ali se encontrava. Pediu que lhe fosse explicado a verba de dois milhões e seiscentos euros que se encontrava numa só rubrica de "outros".

O Presidente da Câmara Municipal: Disse não ter dúvidas que o último quadro comunitário de apoio e, teoricamente terminaria em 2006, mas as obras iriam concretizar-se até 2008. Informou que estavam programadas algumas opções para o novo quadro comunitário e que o executivo estava e sempre esteve aberto a todas as forças políticas para receber sugestões mas, por escrito. Referiu uma vez mais que, o PPI que estava presente tinha variadíssimas rubricas onde se encaixava tudo aquilo e, que era uma virtude daquele documento quando permitia encaixar tudo. Deu como exemplo de como é que se poderia apoiar uma empresa que se instalasse em Rio de Moinhos; se não existisse lá um mini-parque industrial e, que esse mini-parque se encontrava previsto nas opções. Disse também que todas as empresas que pudessem vir a instalar-se no concelho necessitavam de obedecer a instrumentos de planeamento e daí, que tinham tido a preocupação de apostar nesses instrumentos. Adiantou também que estava aprovado um estudo sobre o turismo e, que iria permitir criar um eixo fundamental para o desenvolvimento do concelho de Borba e não só. Em resposta ao Deputado Vítor Guégués o Sr. Presidente da Câmara afirmou que não o assusta dar "tiros nos pés" desde que daí resultasse o desenvolvimento do concelho. Disse ainda, que se tivesse feito aquilo que havia sido proposto pelo PSD, não seria mais que ter "traído" o eleitorado. Quanto às auditorias referiu que tinha feito uma quando tomou posse, fez outra passados dois anos, como tal o membro Vítor Guégués estaria certamente um pouco desatento. E, que a empresa que realizou as auditorias se encontrava a fazer um estudo de reorganização de todos os serviços que permitiria que os funcionários tivessem formação. Quanto às bolsas de estudo afirmou que elas existiam, assim como, protocolos com as universidades. O ninho de empresas estava candidatado, mas não poderia afirmar se era aprovado, ou não. Em relação às despesas com o pessoal, disse o Senhor Presidente, que muita coisa mudou e, se fosse comparado aquilo que se passava há anos atrás, havia muitas diferenças. Referiu ainda, que em relação às despesas com pessoal muitas das vezes a Câmara não tinha só um papel a nível de desenvolvimento do concelho, mas tinha também um papel social, o que era o caso dos poc's. O Senhor Presidente ainda disse ser muito importante dar a mão aos desempregados, para que se permitisse que após alguma experiência na Câmara tivessem oportunidade para outros sítios. Em relação ao orçamento o Senhor Presidente da Câmara voltou a afirmar que o defendia politicamente e, até ao fim. Quanto aos contributos que pudessem vir da oposição, o Sr. Presidente estava de braços abertos para os receber. Adiantou também que o novo quadro comunitário trazia as parcerias público-privadas, que seria uma área que traria grandes apostas a vários níveis. Terminou dizendo que concordava quando foi dito que as Autarquias eram uma escola de contabilidade criativa.

O Presidente da Assembleia Municipal: entendeu que deviam ser dadas algumas explicações pela Dra. Ana, (Técnica responsável pelo Orçamento).

A Dra. Ana (Técnica): Iniciou a sua intervenção por cumprimentar os presentes. Seguidamente, disse que

todos os valores que se encontravam no mapa de despesa corrente tinham como base os valores do ano de 2005. O que acontecia era que a desagregação era feita na contabilidade geral e, não na orçamental, por indicação ou sugestão da DGAL. Disse que tentaram dar mais ênfase em algumas acções mais relevantes, onde se espelha a questão dos resíduos sólidos urbanos e o saneamento; e que existia alguma divisão das despesas que se encontravam incluídas na rubrica "outros". Ao nível de contabilidade geral, referiu que foram criadas contas para espelhar mais aquilo que os "outros" não diziam. Relativamente à rubrica de pessoal, informou que eram despesas relacionadas com poc's e estagiários e, que estas rubricas eram posteriormente financiadas pelo IEF, como tal eram uma componente forte a nível da receita. A nível de outras despesas de capital, valores elevados que haviam sido referidos, explicou que estavam todas discriminadas no PPI e, deu o exemplo do parque de feiras e exposições que era o que estava na rubrica parques e jardins. Terminou a sua intervenção dizendo que as principais dúvidas técnicas, na sua opinião estavam esclarecidas.

O Membro Vítor Guégués: quis congratular-se com a explicação que havia sido dada para as despesas com pessoal. No entanto, a sua dúvida mantinha-se quando se falou da rubrica "outros". Declarou que se andava em círculo vicioso e, que não valia a pena. Mas, que a partir daquele momento o PSD iria estar atento e, iria fazer críticas construtivas, pois não se lembrava do contrário. Terminou referindo-se à auditoria, dizendo que se estivesse no lugar do Sr. Presidente da Câmara, sentiria conforto ao realizar uma todos os anos.

O Presidente da Assembleia Municipal: declarou não haver mais inscrições, como tal, colocou o documento à votação, começando pela alínea a) Orçamento para o ano de 2006 - o qual foi aprovado por maioria, com 12 votos a favor e seis votos contra. Seguidamente, votou-se a alínea b) Grandes Opções do Plano - o qual foi aprovado por maioria, com 12 votos a favor, 4 votos contra e 2 abstenções. Foi apresentada declaração de voto pelos eleitos da CDU (que ficará arquivada em pasta anexa como anexo 10)

O Presidente da Assembleia Municipal: esclareceu que todos os prazos relacionados com o envio dos documentos referentes à presente sessão tinham sido cumpridos e, que se provava facilmente a sua afirmação, pois existiam documentos que podiam fazer prova nesse sentido.

O Membro Joaquim Cardoso: Pediu que a sua intervenção ficasse em acta, pois com certeza que implicaria outras medidas. Afirmou não ter recebido as folhas correspondentes às receitas e, que na sua opinião um orçamento que não anexava as receitas, nem sequer devia ter sido discutido e, a responsabilidade de tal facto era política.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Tabela de Taxas , Licenças, e Tarifas para o ano de 2006

O Presidente da Assembleia Municipal: passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que ele desse uma explicação do documento.

O Presidente da Câmara: Várias intervenções ao mesmo tempo imperceptível... O Sr. Presidente da Câmara referiu-se à declaração de voto apresentada no ponto anterior, pois não compreendia como poderia a declaração se referir a algo que tinha sido apontado como não recebido. Na sua opinião, algo não estava bem e, achava necessário ter-se algum cuidado antes de se dizerem as coisas, que tinham sido ditas na declaração de voto. Voltou a frisar que tinha havido um lapso nas fotocópias.

O Presidente da Assembleia Municipal: Pediu que não se repetisse o facto de voltarem a falar em assunto que já havia sido discutido e votado.

O Membro Joaquim Cardoso: Pediu a palavra para reforçar o que havia dito, que os membros da CDU, não haviam recebido as folhas das receitas, mas como trabalhavam em equipa, o Vereador Joaquim Serra forneceu-lhes a informação para que pudesse ser elaborada a declaração de voto. Reafirmou uma vez mais que a responsabilidade era só e exclusivamente do Sr. Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara: Informou que a Tabelas de Taxas, Licenças e Tarifas sofreu 2,5% de aumento devido à inflação, e que sofreu também alguns acertos. Disse também que tinham sido criadas algumas taxas e tarifas novas. Terminou dizendo que futuramente se poderá fazer a separação do que são taxas e, do que são tarifas. E, que houve alguns aumentos sobretudo no Gabinete Técnico; alguns aumentos ao nível dos cemitérios, dos lixos, da remoção de viaturas, dos contadores de águas (por suspeitas de alguns casos de avarias propositadas). Houve também alterações a nível das piscinas, das publicações, do licenciamento das instalações, do armazenamento de produtos de petróleo. Informou também, que foi criada uma penalização para alguns actos de vandalismo que vinham sendo habituais.

O Presidente da Assembleia Municipal: Verificou que não havia inscritos, como tal, colocou o documento à votação. O documento foi aprovado por maioria, com 13 votos a favor e 4 votos contra. Os membros da CDU apresentaram declaração de voto, a qual ficará arquivada em pasta anexa como (anexo 11) .

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Contratação de empréstimo a curto prazo para recorrer a dificuldades de tesouraria em 2006

O Presidente da Assembleia Municipal: passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este fizesse uma pequena introdução do ponto.

O Presidente da Câmara Municipal: referiu que este ponto era aquilo que vinha sendo hábito aprovar-se no final de cada ano e, como sendo do conhecimento geral não ia estender mais o esclarecimento.

O Presidente da Assembleia Municipal: perguntou se alguém queria usar da palavra. Como não houve inscritos procedeu à votação do mesmo. O documento foi aprovado por unanimidade.

PONTO TRÊS PONTO SETE: Regulamento do Cartão Jovem Município

O Presidente da Assembleia Municipal: colocou o documento à discussão.

O Presidente da Câmara Municipal: Informou que decorreu o prazo legal de afixação e, não houve qualquer sugestão, como tal, o documento encontrava-se para aprovação.

O Membro Rui Bacalhau: quis referir que na assembleia anterior tinha feito algumas sugestões e, uma delas era que devia ser mais arrojada para se combater a desertificação da Vila de Borba. E acabou por referir que as suas sugestões não tinham sido tidas em conta. Terminou lamentando que isso tivesse acontecido.

O Presidente da Câmara Municipal: Pediu desculpa e afirmou que não tinha sido intencional, pois se houve realmente sugestões, não havia reparado.

O Membro Rui Bacalhau: (Falou longe do microfone. Não foi possível fazer uma audição correcta). Foi possível ouvir que o Dr. Rui Bacalhau gostaria de ver quantificado, quanto é que os descontos e benefícios representavam no orçamento da Autarquia, para que em iniciativas futuras fossemos mais arrojados, se possível. Mas, referiu que eram iniciativas salutares.

O Presidente da Assembleia Municipal: perguntou se mais alguém queria usar da palavra. Como não houve mais inscritos procedeu à votação do mesmo. O documento foi aprovado por unanimidade.

PONTO TRÊS PONTO OITO: Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Alto dos Bancelos - Alteração

O Presidente da Assembleia Municipal: colocou o documento à discussão e passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal: referiu que finalmente a telenovela tinha chegado ao fim. Isto, porque era um País de burocratas. Os documentos eram analisados na Câmara, na Assembleia, eram analisados e

aprovados por comissões de acompanhamento da Comissão de Coordenação Regional, seguidamente eram enviados para Direcção Geral de ordenamento do Território e entretanto, e na altura tinha sido levantada uma questão que tinha a ver com periquação. Foi marcada uma reunião com os vários técnicos da DGOT, da CCR e da Câmara. Nessa reunião foram feitas algumas alterações de pormenor as quais passou a descrever e, as quais referiu não serem nada de muita importância.

O Presidente da Assembleia Municipal: perguntou se mais alguém queria usar da palavra. Como não houve mais inscritos procedeu à votação do mesmo. O documento foi aprovado por maioria, com 12 votos a favor e 5 abstenções.

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Ratificação de participação do Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Moinhos no Congresso das ANMP

O Presidente da Assembleia Municipal: referiu que na última Assembleia não havia nenhuma informação do Congresso, mas posteriormente havia chegado ao Gabinete de Apoio uma circular com essa mesma informação. A mesa reuniu e decidiu contactar todas as forças políticas para que a participação fosse feita pelo Sr. António Paixão. O Presidente da Assembleia, informou ainda, que não tinha havido objecção de nenhuma força política, mas o assunto tinha que ser votado em Assembleia, como tal, foi posto à votação, o qual foi aprovado com 13 votos a favor, 2 votos contra e 2 abstenções. Os membros da CDU apresentaram declaração de voto, a qual ficará arquivada em pasta anexa com (anexo 12)

PONTO TRÊS PONTO DEZ: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Assembleia Distrital

O Presidente da Assembleia Municipal: pediu que fossem distribuídos os boletins de voto. Foi feita a contagem de votos, da qual foi eleito o Sr. José António Dias (Presidente da Junta de Freguesia de Orada) com 12 votos a favor, 4 votos brancos e 1 voto no Sr. António Paixão.

PONTO TRÊS PONTO ONZE: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação.

O Presidente da Assembleia Municipal: pediu que fossem distribuídos os boletins de voto. Foi feita a contagem de votos, da qual foi eleito o Sr. Joaquim Manuel Grego Esteves (Presidente da Junta de Freguesia de Matriz) com 12 votos a favor, 4 votos brancos e 1 voto no Sr. António Anselmo.

PONTO TRÊS PONTO DOZE Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal

O Presidente da Assembleia Municipal: pediu que fossem distribuídos os boletins de voto. Foi feita a contagem de votos, da qual foi eleito o Sr. António Paixão (Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos) com 12 votos a favor, 4 votos brancos e 1 voto no Sr. José Dias.

PONTO TRÊS PONTO TREZE Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar ao Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios

O Presidente da Assembleia Municipal: pediu que fossem distribuídos os boletins de voto. Foi feita a contagem de votos, da qual foi eleito o Sr. António Paixão (Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos) com 13 votos a favor, 4 votos brancos.

PONTO TRÊS PONTO CATORZE: Fixação do número de Presidentes de Juntas para integrar o Conselho Municipal de Segurança e respectiva eleição.

O Presidente da Assembleia Municipal: pediu que fossem distribuídos os boletins de voto. Foi feita a contagem de votos, da qual foram eleitos e fixados 4 Presidentes de Junta; Sr. António Anselmo (Junta de S. Bartolomeu), António José Dias (Junta de Orada), Joaquim Esteves (Junta de Matriz), António Paixão (Junta de Rio de Moinhos), com 11 votos a favor, 4 votos brancos, 1 voto para 2 Presidentes e 1 voto

nulo.

PONTO TRÊS PONTO QUINZE: Apreciação das actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Presidente da Assembleia Municipal: pediu ao Sr. Presidente da Câmara que tomasse a palavra.

O Presidente da Câmara Municipal: informou que a situação financeira da Câmara era de crise, mas que também era possível que não melhorasse nos próximos tempos. Referiu que em termos globais de execução tinha havido uma certa travagem em relação à aprovação de projectos por parte da Comissão de Coordenação Regional, mas que se estavam a desbloquear e, deu alguns exemplos disso mesmo. Seguidamente, fez uma breve leitura dos documentos presentes, quer da situação financeira, quer das actividades da Câmara e, deu algumas informações mais específicas.

O Senhor Vereador Humberto Ratado: Começou por cumprimentar os presentes. Seguidamente, informou que não ia repetir-se, pois toda a informação estava escrita e, que todos tinham tido a oportunidade de ler. Realçou apenas a questão da sinalização concelhia, a introdução do inglês no 1º ciclo onde tinha sido feito um protocolo com a Câmara e agrupamentos de escola e, finalmente com o Ministério da Educação e, salientou também a edição da 14ª Festa da Vinha e do Vinho que mais uma vez tinha sido um êxito.

O Senhor Vereador Artur Pombeiro: Iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Não quis ser repetitivo, pois todas as actividades estavam escritas no documento que era do conhecimento de todos. Deixou a sua disponibilidade para dúvidas que pudesse esclarecer.

O Membro Rui Bacalhau: Pediu a palavra para perguntar ao Sr. Vereador Artur se obras particulares que haviam sido aprovadas por despacho, eram em Borba.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal: pediu para que pudesse esclarecer o membro Rui Bacalhau, dizendo-lhe que sim. Tinham sido obras em Borba, mas que não eram obras novas, ou melhor não eram construções novas, pois o PDM encontrava-se em revisão, e como tal, não podiam ser aprovadas obras novas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal: informou que não havendo mais assuntos a tratar iriam ser lidas (em voz alta) e aprovadas as minutas dos pontos da ordem do dia e encerrava a sessão desejando a todos Boas Festas.

ANEXOS A ESTA ACTA:

Anexo 1 - Justificação da falta do membro António Paixão

Anexo 2 - Correspondência expedida

Anexo 3 - Correspondência recebida

Anexo 4 - Declaração de homenagem póstuma apresentada pelos eleitos do PS

Anexo 5 - Declaração de homenagem póstuma apresentada pelos eleitos do PS

Anexo 6 - Declaração de homenagem póstuma apresentada pelos eleitos do PS

Anexo 7 - Declaração de voto apresentada pelos eleitos do PS

Anexo 8 - Declaração de voto apresentada pelos eleitos do PS

Anexo 9 - Declaração de voto apresentada pelo deputado Rui Bacalhau

Anexo 10 - Declaração de voto apresentada pelos eleitos da CDU

Anexo 11 - Declaração de voto apresentada pelos eleitos da CDU

Anexo 12 - Declaração de voto apresentada pelos eleitos da CDU